

Qual o lugar que o conceito de poder ocupa na análise materialista do discurso?

What is the place of power in the materialist analysis of discourse?

Isaac Itamar de Melo Costa

Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: isaac.costa@tuta.io. Orcid: 0000-0002-4635-2824.

Resumo

O texto analisa o poder em três dimensões interligadas. Primeiramente, aborda o poder no discurso, operando de forma sutil e ideológica para evitar resistência. A dominação é internalizada inconscientemente na forma-sujeito. Depois, o poder é visto como possibilidade, influenciando escolhas e comunicação mesmo sob aparência de liberdade. A terceira dimensão apresenta o poder como espaço dinâmico, manifestando-se no discurso por meio de estratégias simbólicas. Inspirado em Pêcheux, Han e Foucault, destaco a atuação do poder no corpo e nos hábitos, que automatizam comportamentos e sustentam estruturas sociais. Por fim, proponho uma abordagem crítica e discursiva do poder, sugerindo sua análise como espaço relacional que deve ser questionado para resistir a formas consolidadas de dominação.

Palavras-chave: Discurso. Poder. Ideologia.

Abstract

The text analyzes power through three interrelated dimensions. First, it examines power in discourse, showing how it operates subtly through ideology to avoid resistance. Domination becomes internalized unconsciously, shaping how individuals perceive themselves—the "form-subject." Second, power is seen as a possibility that influences choices and communication, even when people believe they are acting freely. It works as a subtle force behind decisions. Third, the metaphor of power as space reflects its dynamic nature, emerging in discourse through symbolic strategies. Drawing on Pêcheux, Han and Foucault, the text also connects power to the body and habit, showing how it shapes behavior and reinforces social norms. It concludes by emphasizing a critical, discursive approach to challenge entrenched ideologies and power structures.

Keywords: Discourse. Power. Ideology.

Artigo recebido em 26.04.2025 e aceito em 24.11.2025.

1 Preâmbulo

Organizei essa fala¹ a partir de uma pergunta que me foi dirigida em aula, na pós-graduação em letras da UPE: qual seria o lugar destinado ao poder na análise materialista do discurso, já que Michel Pêcheux parece não se dedicar ao tratamento desse conceito? Algumas respostas se apresentam de imediato, sendo a mais simples delas a menção ao desenvolvimento paralelo da teoria de Pêcheux ao pensamento de autores como Michel Foucault, a quem é frequentemente atribuído o exame da categoria de poder. Para além dessa primeira inferência, parece-me que resolvemos com certa facilidade a questão do poder – enquanto agência de um sujeito sobre o outro – pelo viés da *ideologia*.

Com isso se elucida a relação do poder com a opressão e sua internalização, mas ficam imiscuídas nesse ponto as aproximações que ele tece com o *espaço*, por exemplo, além de seu desenvolvimento no campo semântico, como problema direcionado ao simbólico. Acredito que, em um intervalo desse tipo, de lacunas entre as definições e respostas de fácil tradução, o efeito lançado é o de que pouco se sabe sobre o poder em Análise Materialista do Discurso (AD), e o pouco que sabemos não faria falta saber. Mas há uma disponibilidade de afetação teórica entre poder e ideologia, que pode ser delineada a partir da curiosa reunião proposta nesse texto – entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin. Minha proposta é, aqui, lançar algumas dúvidas sobre esse perdão teórico invisível da disposição entre o campo da ideologia e o do poder, na tentativa de compreender de que forma a análise materialista do discurso opera com essa conjunção.

Assim, a presente reflexão toma como ponto de partida a pergunta que se impõe ao leitor e à própria teoria discursiva: qual é o lugar do poder na AD, considerando que Michel Pêcheux não o tematiza de modo explícito? Essa indagação constitui o problema central desse estudo, pois tensiona uma aparente lacuna teórica e permite interrogar como o poder se articula à ideologia, ao inconsciente, à forma-sujeito e ao discurso. O objetivo, portanto, é compreender de que modo o conceito de poder se insinua no funcionamento discursivo mesmo quando não ocupa posição no arcabouço pecheutiano, examinando suas aproximações com as formulações de Foucault e Bakhtin, e investigando as

¹ Fala proferida durante a Mesa redonda “Diálogos Discursivos: aproximações e divergências entre Pêcheux, Foucault e Bakhtin”, no *V Encontro Regional de Linguística: Linguística, pesquisa e ensino – diversidades teóricas e suas aplicações* (V ERELIN), realizado na UPE – Garanhuns, em dezembro de 2023.

condições em que o poder se manifesta, se oculta, se espacializa e se converte em possibilidade de ação e de sentido.

Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico e bibliográfico, que opera com a análise de textos fundamentais dos autores mencionados, buscando delinear um percurso de leitura que evidencie o funcionamento do poder como operador discursivo. A abordagem adota, assim, um método de análise que privilegia o movimento interpretativo: observar como determinados conceitos se entrecruzam, como produzem efeitos teóricos uns sobre os outros e como se estruturam “políticas fraternas” entre poder, ideologia e discurso. As conclusões esperadas apontam para a compreensão do poder não como ausência, mas como um princípio de organização, uma força que atua na constituição do sujeito e na produção dos efeitos discursivos, oferecendo uma chave de leitura que reinscreve o conceito na materialidade que estrutura a teoria.

2 O poder como ocultação

Como disse, em AD, ainda existe, em relação ao conceito de poder, certa indeterminação teórica. Isso porque o termo foi objeto de operação em diferentes áreas do conhecimento e, como se isso não bastasse, o funcionamento do poder opõe-se à evidência do seu fenômeno. Em outros termos, a manifestação do poder se torna mais evidente justamente nos cenários em que ele não adota a forma mais facilmente perceptível de sua ação, que é a *coerção*. “Quanto mais poderoso for o poder, mais silenciosamente ele atuará. Onde ele precise dar mostras de si, é porque já está enfraquecido”, como bem o percebeu Byung-Chul Han².

Algo desse cenário já podemos eleger como a primeira das *políticas fraternas* entre o poder e a ideologia, já que desde Marx³ sabemos que o trabalho ideológico primordial é o de ocultamento de sua própria existência; ou, como já disse em outra oportunidade, “a ocultação, a inversão, a naturalização, a universalização e a defesa que visa à reprodução – constituem os pontos em que a ideologia comparece materializada no discurso, revestido pela língua”⁴. Para alguns, assim, o poder se mostra na dominação ou na opressão; para outros, entretanto, ele é um elemento construtivo das relações sociais e, sobretudo, da comunicação, da representação de sua ação no campo da linguagem. Han afirma

² Byung-Chul Han, *O que é poder?*, 2019, p. 9.

³ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, 2007.

⁴ Isaac Costa, Alex Sander Oliveira e Elizabeth Dorneles, *Ideologia*, 2020, p. 141.

que as representações do poder na linguagem, que podem ser jurídicas, políticas e sociológicas se contrapõem, e isso porque o poder é ora associado à liberdade, ora à coerção. Há, além disso, uma relação entre poder e violência que, como veremos mais adiante, constitui uma das frentes de ação do poder (quando da ausência de sua mediação).

Nesses termos, como liberdade, o poder corresponde ao ímpeto ou à virtualidade do agir (posso ir até a Índia porque sou livre para isso), ainda que a atualidade desse ímpeto esteja condicionada às condições materiais de sua realização (se eu tenho dinheiro para ir até a Índia, se vou receber licença do trabalho durante a estadia etc.). Como coerção, por outro lado, o poder comparece enquanto execução de uma ordem (nesse sentido, a polícia pode me parar durante um passeio de carro, por exemplo, e pode me prender se houver alguma irregularidade), também ligada à possibilidade de agir, mas associada à punição. Apesar de participar do exercício do poder como um dos horizontes de ação, não é possível sumarizar o poder unicamente como coerção; sozinha ela não faz jus à complexidade do poder.

O poder não se esgota na tentativa de romper a resistência ou de forçar uma obediência, de agir contra vontade do outro, impondo a vontade do poderoso sem qualquer objeção. Como afirma Han, o poder começa, talvez, ali onde não o vemos: em suas entranhas, o poder é um fenômeno da forma, do como. É decisiva a maneira como uma ação é motivada ou manifesta por um sujeito dado. Para Han, a sutileza da dominação se percebe não pela forma que diz “eu devo fazê-lo” ou “faço porque este é o meu lugar”, mas, sim, em “eu quero fazê-lo”, “sempre foi assim” – a interiorização dessa dominação e a produção do efeito de obviedade sobre ela constituem a forma de manifestação de um poder maior, que diríamos ser da ordem de um agir ideológico, pelo viés da interpelação e da constituição da forma-sujeito do discurso.

Essa concepção é utilizada por Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, a partir do desenvolvimento de Althusser, e versa sobre a produção do efeito de desconhecimento sobre as condições reais de existência de um sujeito para si mesmo, o que “produz aquilo que chamamos a ‘forma-sujeito’, fornece-impõe a ‘realidade’ ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento”⁵. Tal efeito de desconhecimento sobre a determinação acompanha a produção e o reconhecimento de uma realidade que esteve sempre-já aí, que comparece na

⁵ Michel Pêcheux, *Semântica e discurso*, 2014, p. 158.

língua como o pré-construído, “aquilo que todo mundo sabe”⁶. Sustentar esse ponto significa afirmar, ao mesmo tempo, que o sujeito desconhece os processos sócio-históricos que o colocaram no lugar que ele ocupa, e que ele se reconhece sujeito em uma conjuntura sócio-histórica em que é informado ser sujeito de direito, livre e responsável (com liberdade e com respeito à ordem, por exemplo). Essa realidade é apresentada como apartada das lutas entre as classes, disputas que constituem a história e os condicionamentos socioeconômicos, e que fundam a sociedade e o Estado. A forma-sujeito, desse modo, reúne saberes que garantem que a formação social e o lugar ocupado pelo sujeito apareçam como sempre-dados, como óbvios.

O trabalho da ideologia é o de produção do desconhecimento. Diz Althusser que ela é a “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”⁷. Para Bucci⁸, a representação é um processo que ocorre quando um significante assume o lugar de um outro significante. A ideologia, nesses termos, assume o papel de um fator, uma coisa que não ela mesma, e essa coisa é uma relação imaginária. O problema consiste em sabermos que essa relação imaginária constitui, ela mesma, uma representação – a representação de uma terceira coisa, que não nos é mostrada.

O que Althusser propõe é uma abstração em três níveis: o primeiro é o nível da representação da relação imaginária, o segundo nível é o da relação imaginária representada e, o último, o nível das condições reais de existência. Essa abstração associa-se ao desconhecimento e está na base do processo de interpelação, que é a convocação do indivíduo, de carne e osso, para atuar como sujeito, instância que marca a entrada do indivíduo na linguagem. Pêcheux aloca a forma-sujeito como instância que reúne em torno de si “pré-construídos”, marcas de evocação que apontam para o que “todo mundo sabe” e para o que “todo mundo pode ver”; essa instância faz com que o sujeito funcione, “tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como ator de seus atos”⁹.

Esse é um esquema de materialização, de observação do funcionamento das determinações ideológicas por meio da língua. Althusser opera com a determinação em termos de agência, e é Pêcheux quem centraliza a língua nesse esquema, por intermédio do tratamento do discurso, ou melhor, da relação do

⁶ *Ibidem*, p. 159.

⁷ Louis Althusser, *Aparelhos ideológicos de Estado*, 1985, p. 85.

⁸ Eugênio Bucci, *A superindústria do imaginário*, 2021.

⁹ Michel Pêcheux, *Semântica e discurso*, 2014, p. 159.

sujeito com o discurso. O discurso é, assim, a materialização de uma ideologia e, além disso, é uma instância do *entre*: ele se coloca como efeito de sentido entre os sujeitos. O efeito é aquilo que é produzido por uma causa – causa essa que, assim como a *coisa* da ideologia, não se mostra. *Só há causa daquilo que falha*¹⁰, diz-nos Lacan para falar sobre o inconsciente. O inconsciente é o registro que assegura o funcionamento ideológico, porque nos informa sobre processos de repetição, de direcionamento do desejo, de identificação, de formação de consciência etc.

O inconsciente pode ser vislumbrado ali onde o sujeito falha, onde o estranho se coloca, onde o ritual se estilhaça no lapso. Para Pêcheux, o inconsciente se impõe como promessa de ruptura; impossibilidade de fechamento e de totalidade; a deriva do significado; o porvir de um real excluído da realidade que se anuncia aos solavancos e se opõe à coerência, só para se ocultar imediatamente em seguida. A ideologia oculta para o sujeito seu caráter de classe, enquanto o inconsciente, de outro lado, sonega ao sujeito sua incompletude. Os dois fenômenos celebram esse caráter ostensivamente vago, de demonstrações de força que não se fixam em termos, mas em relações passíveis de mutação e que nos são acessíveis por meio do *signo*.

A fórmula segundo a qual a ideologia está expressa nos signos foi exposta por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*, ao lançar mão de três princípios acerca da materialidade linguística: “1. Não separar a ideologia da realidade do signo; 2. Não dissociar o signo das formas concretas de comunicação social; 3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material”¹¹. Bakhtin sustenta que a materialidade dos signos está apoiada na materialidade das relações sociais, de maneira que, ao alocar a ideologia como materialmente revestida pelo signo, afirma-se a um só tempo que ela é detectável pela língua e que remete às relações sociais concretas. Além disso, para Bakhtin, todo corpo físico, qualquer objeto no mundo, pode ser percebido como signo ideológico: tem uma encarnação material com palavra, som, imagem, movimento etc. A linguística, em geral, e as teorias de análise que dela derivam ou nela se apoiam, em particular, investigam a forma como esses signos são concebidos, materializados e significados. Como afirmou Eni Orlandi, em *Michel Pêcheux e a*

¹⁰ Jacques Lacan, *O inconsciente freudiano e o nosso*, 1988, p. 23.

¹¹ Mikhail Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*, 1997, p. 44.

Análise de Discurso, “com a Análise de Discurso, podemos compreender como as relações de poder são significadas, são simbolizadas”¹².

O sistema de signos é, então, a estrutura que delineia a contraparte material das instâncias abstratas da ideologia, do inconsciente e do poder. Todos estamos diante dessas coisas que não entendemos completamente, ao redor ou debaixo delas, serrando os olhos para tentar enxergar suas ações aparentemente distantes, dissolvidas ou encobertas por outra coisa, desconhecidas e reconhecidas ao mesmo tempo. No infinito quadro das relações sociais que sustentam e possibilitam o significado, ideologia, inconsciente e poder cruzam-se em um nó inexato de quimeras associadas ao signo. Em todos os cenários em que o sujeito comparece, esses elementos se marcam – o discurso no *entre*, a ideologia nas *relações imaginárias*, o poder no *como* e o inconsciente na *causa*.

3 O poder como possibilidade

N’A *língua inatingível*, com Françoise Gadet, Pêcheux reconhece o poder como estrutura relacionada ao funcionamento do Estado. Em outro momento, n’O *discurso*: estrutura ou acontecimento, menciona o poder como objeto de disputa de uma governança, novamente em referência à administração dos sentidos no interior de uma conjuntura social com sistema estatal. As duas passagens são destacadas a seguir:

[a] questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente. O poder do Estado burguês reveste, portanto, ao mesmo tempo a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um foco único e a forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade: poder que funciona simultaneamente segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida¹³.

Não é certo que se possa mostrar de forma unívoca aquilo que se trata. O “poder” aparece, efetivamente, ora como um objeto adquirido (justo resultado de um grande esforço, ou efeito inesperado da sorte; de toda forma, o bem supremo que vai administrar o melhor para o bem de todos), ora como um espaço resistente à conquista, no confronto contínuo contra as feodalidades de toda ordem (que tudo fizeram para que “isto jamais acontecesse” e que continuam a resistir) ora como um ato performativo a se sustentar (fazer o que se diz), ora como novas relações sociais a serem construídas¹⁴.

¹² Eni Orlandi, *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*, 2005, p. 10.

¹³ Françoise Gadet e Michel Pêcheux, *A língua inatingível*, 2004, p. 37-38.

¹⁴ Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, 2008, p. 26-27.

Para Pêcheux, então, o poder é uma *seleção* dependente da estrutura. Os agentes da comunicação do poder estão lastreados nessa estrutura, conduzindo situações geradas pelo sistema que prefigura as relações de poder interpessoais. O vínculo é mantido, nessas situações, por um soberano – o Estado ou outra instância –, que reflete na estrutura sua continuidade: a manutenção do lugar que ocupa, que mantém perante o outro. Visto mais de perto, o poder é, também, essa possibilidade da continuidade de um dado estado de coisas em uma estrutura, o que configura a segunda das políticas fraternas entre ideologia e poder. A ideologia atua na reprodução dos meios de produção, na perpetuação da classe dominante como tal, por meio das relações imaginárias que alienam o sujeito do seu processo de constituição. O poder, *como possibilidade de continuidade, opera no sentido de aumentar a probabilidade de realização de associações que poderiam ser, em outro cenário, improváveis de decisão*. Com isso, Han postula que o poder é capaz de controlar ou direcionar a comunicação em uma determinada direção, na medida em que faz superar a discrepância possível entre o que o poderoso quer e o que os subordinados escolhem fazer.

Quanto à afirmação dessa escolha como vontade, ela sinaliza mais um processo de internalização inconsciente da dominação – e de reduplicação dos saberes da forma-sujeito – do que, necessariamente, o apagamento de qualquer vestígio de resistência, e Pêcheux já havia nos alertado sobre a relação que desempenha a resistência em qualquer sistema ou estrutura. O processo de dominação nunca é inteiramente recoberto pela consciência imposta pela forma, pois, no limite, o batimento de não-sentido que integra a ordem do inconsciente desponta como índice de resistência no interior da própria forma, pela ação de posições de um sujeito que modaliza esses saberes em alguma medida. Além disso, a vontade ela mesma não é senão a ilusão de liberdade e de escolha, regida pelo desconhecimento ideológico. Com isso, a função que desempenha o poder é a de procurar cercear o limite de indeterminação da ação do sujeito, domesticar o ímpeto e suprimir a desobediência, transformando o não em sim.

Como discutido anteriormente, esse processo não se expressa unicamente pela coerção, já que, mesmo induzido a obedecer, o sujeito pressupõe sua liberdade, uma escolha. Por outro lado, para Han, a coerção que desemboca na violência física anula a possibilidade de obediência, inibindo a liberdade. Han afirma que esse tipo de demonstração de poder surge de um horizonte pobre de mediação da coerção. Onde o poder, ao contrário, não é coercitivo, termina passando quase que despercebido, como se desaparecesse. Determinados setores da conjuntura social neoliberal produzem fundamentos de poder sofisticados e

indiretos, menos perceptíveis, muito embora ainda bastante atuantes. O poder, assim, não aparece com frequência, ele “consiste justamente no fato de poder induzir sem precisar ‘ordenar’ expressivamente por meio de decisões e ações”¹⁵. A sanção coercitiva e violenta é apenas uma alternativa que ambos os lados, dominador e dominado, preferem evitar que se concretize. O poder é mais forte quando o poderoso afirma ser capaz de executar a violência, mas, mesmo assim, não o faz.

Slavoj Žižek, em *Vivendo no fim dos tempos*, de 2012, relembra que essa demonstração da possibilidade de uma sanção violenta que não se realiza de fato sustenta o poder e enaltece a postura benevolente do poderoso para com o povo. “Somente um poder que afirme seu pleno direito ou capacidade terrorista de destruir tudo e todos a sua vontade pode, simetricamente, universalizar a misericórdia”¹⁶. O *corpo* do poderoso é formado pela devoção do subalterno. Esse é um corpo que preenche todo um mundo, mas que, quando morre, encolhe-se em um pedaço de carne. Trata-se de um corpo inflado, como o postula Han, corpo político que é coextensivo ao domínio de poder. Se se perde esse poder, o poderoso retorna ao corpo mortal. Assim, o imaginário de benevolência e de misericórdia do poderoso fundamenta a devoção do dominado, que confere forma ao poderoso.

A formação de poder envolve a consolidação desse imaginário de devoção, de internalização da dominação, e uma ambivalência com relação à coerção, à violência física como sanção. O poder utiliza a violência sob a condição de que a violência não seja utilizada, ela é meramente virtual. É verdade que o Estado se baseia na possibilidade de aplicação de determinadas sanções contra o sujeito de direito (sanções que privam a liberdade, por exemplo), muito embora elas não sejam, a princípio, justificadas na utilização da violência. Sabemos, apesar disso, que a violência é diretamente aplicada em cenários de opressão, cujo poder é de menor ação que o do Estado, ainda que esse grupo seja lavrado pelo sistema estatal. É o caso da violência policial cometida contra a população negra, por exemplo. A colocação segundo a qual as pessoas evitam cometer um crime não por medo da pena, mas, sim, por reconhecimento da ordem jurídica, é modalizada no cruzamento entre raça, classe e gênero. Por trás da lei, é claro, existe a espada.

¹⁵ Byung-Chul Han, *O que é poder*, 2019, p. 19.

¹⁶ Slavoj Žižek, *Vivendo no fim dos tempos*, 2012, p. 110.

A possibilidade de funcionamento do poder nem sempre é guiada pela violência. Por vezes, ações muito mais amplas são motivadas pelo exercício do poder como liberdade; é o caso dos mecanismos de organização e de controle do trabalho – alguém coleta os dados que são utilizados por uma instância para tomar alguma decisão, alguém pavimenta as estradas, alguém ergue os prédios, alguém educa de um determinado modo etc. O poder como coerção e como liberdade se diferenciam *quanto ao grau de mediação*. A falta de mediação, diz Han, gera coerção. “Muita mediação faz poder e liberdade coincidirem. Esse é o caso, entre todos, em que o poder está mais estável”¹⁷. A violência é determinante nos casos de extrema falta de mediação.

4 O poder como espaço

O poder, além de operar com a ocultação e de estabelecer a possibilidade de ação é, também, um espaço de estratégia comunicativa. Ao ilustrar esse cenário, Han utiliza-se do exemplo da relação de disputa de vida e morte entre um gato e um rato.

O gato solta o rato e deixa-o andar um pouquinho. O rato não volta suas costas e caminha, não está mais sob a violência do gato. Mas está no poder do gato que o rato volte àquela situação. Se o deixar andar bastante, o rato terá se libertado do seu domínio de poder. Até o ponto, no entanto, em que ele possa seguramente ser alcançado, o rato permanece sob o poder do gato. Rigorosa contudo do gato, que não perde seu interesse de destruição, tudo isso junto, espaço, esperança, vigilância, interesse de destruição, seria possível se referir como o autêntico corpo do poder, ou simplesmente como o próprio poder. O poder é “mais espacial” do que a violência. E a violência torna-se poder quando ela “se dá mais tempo”. Para que seja possível ocorrer realmente “algo novo” é preciso que tal “jogo” seja mais do que um prelúdio para o assassinato. É preciso pressupor um verdadeiro espaço-jogo que admita possibilidades estratégicas¹⁸.

Nessa concepção, o poder pressupõe um espaço de tempo e ação que envolve uma relação entre os participantes em uma dada situação – essa relação é de antecipação, mas também de controle, de ameaça e obrigação. O poder torna-se significativo quando é entendido nessa rede de relações simbólicas, quando ocorrem esses jogos comunicativos que apontam para uma continuidade ou para um horizonte de sentido que ultrapassa a mera troca de informações entre interlocutores, porque ruma em direção ao estabelecimento dos efeitos de sentido. Dessa vez, a política fraterna do poder não se dá de maneira direta com a ideologia, mas com o discurso, sua materialização, na medida em que ele é

¹⁷ Byung-Chul Han, *O que é poder*, 2019, p. 33.

¹⁸ Byung-Chul Han, *O que é poder*, 2019, p. 37-38.

erigido em uma relação, a de efeito de sentidos entre interlocutores. Orlandi aponta a AD como um dispositivo que torna possível a compreensão da formulação e do funcionamento desses efeitos, “que permite analisar a textualização do político, o que já é um passo importante na compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder (e não mais a maquinaria linguística e os textos políticos)”¹⁹.

Na comunicação, o horizonte de significado que orienta os efeitos de sentido é atravessado pelo jogo político, pelas disputas assimétricas em torno dos signos, pela fabricação e pela imposição de uma narrativa. *O sentido é poder*. Afirmar Han que o poder “gera significância na medida em que forma um horizonte de sentido a partir do qual as coisas são interpretadas. Só em vista do poder elas se tornam significativas, só em vista do poder obtêm um sentido. A relação com o poder é constitutiva do sentido”²⁰. Dessa forma, comunicar é, em última instância, procurar estender um domínio de poder sobre o outro, é assenhorar a interpretação. Em perspectiva discursiva, por outro lado, interpretar é apreender os modos de apresentação e de textualização desse poder, de observar a simbolização do político.

Orlandi, em *Interpretação*, afirma que “esta, finalmente, é uma característica importante da interpretação. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política”²¹. A interpretação constitui-se no espaço de leitura do gesto, de identificação daquele que oferta um sentido com a mão direita estendida, mas que prefere não mostrar a esquerda; nesse sentido, ela também é um gesto, o de puxar a mão da oferta e perguntar pela outra que se esconde. O sentido, portanto, aparece como dado, mas carece de ser transformado em fato, retirado da posição de preexistente para ser confrontado pelos porquês que se impõem no encontro. A interpretação é um exercício incômodo, de interrupção da continuidade das ideias e das representações que a ideologia forma e que o poder procura perpetuar. A interpretação é o horizonte e o compromisso ético assumido por todo analista de discurso.

Como espaço, as relações de poder procuram perpetuar um campo de saber, uma continuidade, daí decorre a insurgência de uma ordem gravitacional que reúne forças difusas em uma estrutura, forças como a ideológica ou a cultural,

¹⁹ Eni Orlandi, *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*, 2005, p. 10.

²⁰ Byung-Chul Han, *O que é poder*, 2019, p. 51.

²¹ Eni Orlandi, *Interpretação*, 1996, p. 18-19.

por exemplo. Na *Microfísica do poder*, Foucault percebe que o poder dialoga com disposições ou costumes de um grupo social, cuja constituição seria do domínio da cultura. A cultura cristaliza e rege os costumes em uma dada conjuntura; o poder interioriza os costumes, os valores e as formas de percepção organizados por uma determinada ordem dominante. Para Foucault, esse espaço de poder filia-se ao hábito e provoca um reconhecimento pré-consciente da ordem dominante, que se reflete no somático, automatizando o corpo. A noção de hábito é explorada como mecanismo que induz uma adaptação automática e somática à ordem social dominante, o que resulta em uma automação do costume, influenciando o comportamento daqueles em desvantagem social. O poder exercido pelo hábito cria, assim, uma necessidade social transformada em reação automática do corpo; é o que ocorre nos casos dos movimentos e tentativas de pertencimento a um determinado padrão. O sentido do que é eleito como padrão, quando não questionado, proporciona um alívio por parte do sujeito, que evita a necessidade de interpretar constantemente o mundo.

No segundo volume da *História da sexualidade*, ao tratar do uso dos prazeres, Foucault complexifica a questão da ação do poder sobre os corpos ao discutir o direcionamento do prazer no caso dos homossexuais. Para ele, a assunção de uma posição de passividade por um homem livre acarreta vergonha ou humilhação social, porque essa conduta do corpo posto em situação de desvantagem ou vulnerabilidade fere o espaço criado para que o homem seja significado como forte, retira dali algum poder. A força do homem é culturalmente assegurada pela afirmação de que existe qualquer tipo de vantagem natural ou biológica para a superioridade desse gênero em relação ao gênero feminino, por exemplo. Essa é, para Foucault, a tecnologia do poder que penetra no corpo do sujeito, produzindo feridas e deixando rastros feitos pelo automatismo do hábito.

No que diz respeito à passividade da mulher, ela marca muito bem uma inferioridade de natureza e de condição; mas ela não deve ser reprovada como conduta posto que é, precisamente, conforme ao que a natureza quis e ao que o *status* impõe. Em compensação, tudo aquilo que no comportamento sexual poderia acarretar para um homem livre — e ainda mais para um homem que, por sua origem, fortuna e prestígio, ocupa ou deveria ocupar posições privilegiadas entre os demais —, as marcas da inferioridade, da dominação sofrida, da servidão aceita, só poderia ser considerado como vergonhoso: e vergonha ainda maior se ele se presta a ser objeto complacente do prazer do outro. Ora, em um jogo de valores regulado segundo tais princípios, a posição do rapaz — do rapaz de origem

livre — é difícil. É evidente que ele está ainda em uma posição “inferior”, no sentido de que está longe de se beneficiar dos direitos e dos poderes que serão seus quando tiver adquirido a plenitude de seu *status*. Não obstante, seu lugar não se superpõe ao de um escravo, evidentemente, nem ao de uma mulher. Isso já é verdade no contexto da casa e da família²².

A relação do poder com o corpo, então, atravessa a constituição da posição sujeito que o sujeito ocupa; ela “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o corpo social”²³. Ao invés de produzir, pela coerção, um estado asséptico, essa ação do poder no corpo pode germinar um desejo e proporcionar filiações discursivas específicas, que levam em conta a formação da identidade. A forma como o poder opera não se coloca como causa que induz uma ação específica nos subordinados, dóceis, mas cria, por outro lado, um ambiente no qual as ações têm, em princípio, uma direção ou sentido. Esse ambiente precede a sequência de causalidade e representa um espaço, um domínio no qual alguns sujeitos têm mais poder do que outros, estabelecendo relações singulares de poder e de significância. Nesse direcionamento, o poder oferta um espaço e um lugar. Esse espaço da liberdade fornecido pelo poder pode ser uma ilusão, mas não deixa de afetar, como vimos, a constituição de um lugar e de uma posição do sujeito no discurso.

5 Conclusão: articulação das políticas fraternas entre poder e ideologia

Esse texto começa como dúvida e termina como desassossego. Procurei explorar o conceito de poder, abordando sua presença no discurso, buscando ressaltar sua capacidade de se manifestar de maneira menos evidente (quando não está diretamente ligado à coerção); essa foi a primeira das três políticas fraternas que o poder estabelece com a ideologia e com o discurso, na sua materialização. Em referência à ideologia, a ideia de que o poder é mais perceptível quando for menos evidente sugere uma forma sutil de operação, que se infiltra silenciosamente nas estruturas sociais, na tentativa de frear a resistência. O funcionamento da ideologia também envolve mecanismos de ocultação, desempenhando um papel crucial na perpetuação das estruturas dominantes. A noção de forma-sujeito é introduzida para destacar a

²² Michel Foucault, *História da sexualidade*, 1984, p. 208-209.

²³ Michel Foucault, *Microfísica do poder*, 2007, p. 8.

internalização da dominação, sugerindo que a ideologia não apenas molda a percepção, mas se insinua no âmago do sujeito, na posição sujeito que assume por meio da ação inconsciente, influenciando sua constituição e os processos de identificação.

A compreensão do poder como possibilidade é a segunda das políticas destacadas, e acrescenta outra camada à leitura, enfocando, além da coerção, a capacidade de moldar e direcionar as ações. Destaca-se que o poder pode influenciar a comunicação e as escolhas dos sujeitos, mesmo quando acreditam estar agindo com liberdade. Essa perspectiva revela uma dimensão mais insidiosa do poder, que opera na formação das escolhas. A metáfora do poder como espaço, a terceira política mobilizada, incide sobre o discurso e é eficaz ao ilustrar a dinâmica do poder ao longo do tempo e com relação às antecipações. A ideia de que o poder é mais espacial do que a violência fala sobre sua compreensão como uma construção que envolve estratégias sociais e relações imaginárias.

A discussão sobre o poder em relação ao corpo e ao hábito, à luz das ideias de Foucault, destaca a penetração do poder no corpo do sujeito e como a automação do hábito perpetua as estruturas sociais dominantes. A argumentação extrapola a ideia de poder como força externa, apontando para algo que molda as disposições corporais e comportamentais dos sujeitos. Para concluir, destaco o poder como um espaço de estratégia comunicativa, ressaltando sua dinâmica relacional. Ao criar um ambiente que precede a sequência causal, o poder estabelece relações singulares de significância, indicando que a interpretação é um elemento-chave na compreensão tanto do poder quanto da ideologia, instâncias incontornavelmente distintas, apesar das esparsas fraternidades, especialmente no que se refere à estruturação e ao funcionamento da linguagem e do discurso.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1997.

BUCCI, Eugênio. *A superindústria do imaginário*: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

COSTA, Isaac; OLIVEIRA, Alex Sander; DORNELES, Elizabeth. Ideologia. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020. p. 139-146.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, volume 2: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão Técnica de José Augusto Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*: O discurso na história da linguística [1981]. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HAN, Byung-Chul. *O que é poder?* Tradução de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2019.

LACAN, Jacques. O inconsciente freudiano e o nosso [1964]. In: LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11*: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 23-32.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas [1845-1846]. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, jun. 2005.

ORLANDI, Eni. *Interpretação* – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [1983]. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.